

**Maria Helena
Cabral de Almeida
Cardoso**

*Instituto Fernandes Figueira,
Fundação Oswaldo Cruz, Rio
de Janeiro, Brasil.
oscarcm@unisys.com.br*

O risco-aventura e os limites de uma teoria da história

O risco-aventura como metáfora na (da) modernidade tardia, desde o início da leitura do exercício de translocação conceitual empreendido por Mary Jane Spink, remeteu-me à noção de uma sociedade que, muito mais do que a nomeada por Beck (1992), para além do poder disciplinar, advoga a si a delimitação da trajetória do homem, modulando seu tempo e sua vivência pessoal. É como se a sempre presente pergunta de Gauguin: “*de onde viemos, quem somos, para onde vamos?*” – fundamento de nossa historicidade – estivesse respondida, não mais através de respostas múltiplas, diferentes em substância e estrutura, mas num sentido quase linear e especificado: viemos de uma herança genética codificada, que conjugada com os fatores de risco nela compreendidos e aqueles adquiridos, nos molda, e encaminhamos para uma morte passível de ser probabilisticamente datada se tais riscos forem considerados e administrados. Fica implícita que a fase intermediária – “o quem somos” – permanece ligada, talvez como jamais o fora, à idéia de liberdade, só que esta liberdade, agora, não está mais numa condição de “essência”, como pensavam os iluministas, mas qualificada pela marca da opção e da escolha embutidas na “aventura” de viver. O que se pauta não é o reforço do conceito de livre arbítrio, pois nele se inscreve uma percepção teológica de mundo, mas a de liberdade/aventura perante a vida e a morte. Não é mais Deus quem fez os homens e esses, porque dotados de livre arbítrio, seguem ou não Seus desígnios. A escolha que atualmente se patenteia é de outra ordem. Não somos dotados de livre arbítrio porque não há quem sobre nós tudo sabe; somos, isso sim, dotados de liberdade de opção e escolha de conduzir a “aventura” de nossas vidas, mediante a gestão das informações sobre todos e quaisquer riscos estudados, medidos e nomeados. Essa ilusão nos é vendida dentro das fronteiras de um mercado alicerçado numa ordem social que, na falta de uma reflexão mais profunda, eu chamaria de ordem social da imagem mediática.

E o que tal ordem parece pretender? Para mim é claro e, a própria argumentação levada a cabo no texto de Mary Jane Spink, referenda. Trata-se, como diz um dos personagens da série *Arquivo X*, de “inventar” o futuro para melhor controlá-lo. Mas, se somos assolados, na atualidade, por uma certeza de que algo mudou, de que há muito viemos sofrendo trans-

formações de algum modo decisivas e de que nossa vertiginosa história tecnológica do presente modula novas formas de sentir, essa história, por outro lado, remete-se para a produção de novos sentidos que nos permitem outras e mudadas interpelações com o mundo e seu conteúdo. Assim, é necessário abrir-se para as surpresas, para a heterogeneidade, para múltiplas semioses e se isso pode ser qualificado como aventura, então, bem vinda ela seja.

Uma teoria da história que considere e se preocupe em oferecer instrumental para uma prática crítica capaz de reconhecer as próprias “tecnologias semióticas” (Haraway, 1999) do homem para a fabricação de sentidos, talvez mais que constatar uma sociedade de risco a Beck, enseje refletir sobre o núcleo dela, ou seja, a questão da vigência atual de sociedades de controle, conforme o delineado por Deleuze (1992) e dentro delas pensar a ética da ação humana, sobretudo, na transformação do caminho ditado pela metáfora do risco-aventura. É voltar-se para o “quem sou?” Pensar o ser humano relacionado a um corpo que é ao mesmo tempo propriedade e produto (Vaz, 1996). Propriedade porque é resultado de uma identidade construída pelo consumo e pela realidade de que cada um de seus órgãos são matéria-prima/produtos colocados à disposição de novas tecnologias.

Entretanto, pensar a ética da ação humana, dentro dessa nova realidade do corpo é também, no meu entender, não abdicar de um projeto de (re)atualizar a vontade de utopia interligada ao desejo e à necessidade, porque sem ele não há como (re)equacionar o viver societário e, principalmente, as dimensões assustadoras assumidas pela fome e pela miséria em escala mundial. A democracia social deve permanecer no horizonte assim como a luta contra o esvaziamento do processo político. Tanto a transmutação para a política do corpo, quanto a assunção do risco-aventura como metáfora na (da) modernidade, parece-me, funcionarem mais como símbolos do que signos/sinais da realidade que se deseja/precisa mudar. Se enquanto símbolos escapam, em parte, a um projeto de racionalismo totalizador, por outro lado não podem se limitar à mera constatação de um determinado modo de se apropriar do mundo. Nesse sentido, faz-se necessário empreender uma ética de valorização da ação humana que precisa da materialidade histórica de uma razão afetiva.

A aventura não seria, então, aquela embutida nos repertórios interpretativos do risco, mas uma semelhante ao do camponês de uma “estória” sempre contada por Cornelius Casto-

riades em suas conferências (Heller, 1993). A “aventura” deste camponês era a do viver plantando oliveiras para seus netos, pensando no quanto eles iriam usufruir do horto, o que fazia, segundo ele, não por desprendimento, mas sim por prazer, porque via os arbustos crescerem. Do risco-aventura, enquanto *plot* de uma meta-narrativa sobre a tardo-modernidade, se pensássemos como o camponês de Castorides, passaríamos à aventura ética de plantar, mesmo sem a certeza de que alguém irá fazer uso daquilo que plantamos, todavia podendo desejar que alguém o faça. No caso não seria considerar o risco como ator histórico e, sim, considerar e aceitar a história como risco.

- BECK, U., 1992. *Risk Society: Towards a New Modernity*. London: Sage Publications.
- DELEUZE, G., 1992. *Conversações*. Rio de Janeiro: Editora 34.
- HARAWAY, D., 1999. Situated knowledges. In: *The Science Studies Reader* (M. Biagioli, ed.), pp. 172-188, New York: Routledge.
- HELLER, A., 1993. *Uma Teoria da História*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- VAZ, P., 1996. *O Corpo-Propriedade*. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Saúde da Criança e da Mulher, Instituto Fernandes Figueira. (mimeo.)

José Ricardo de
Carvalho Mesquita
Ayres

Departamento de Medicina
Preventiva, Faculdade de
Medicina, Universidade de
São Paulo, São Paulo, Brasil.
jrcayres@usp.br

Risco e imponderabilidade: superação ou radicalização da sociedade disciplinar?

É sempre um grande prazer e, na mesma medida, um desafio debater as contribuições conceituais que a Professora Mary Jane Spink tem trazido para o campo da saúde e das ciências sociais. No presente artigo, Spink nos deixa, uma vez mais, diante de uma série bastante rica e complexa de questões. Entre os diversos aspectos levantados, será necessário, claro, fazer um recorte que torne possível o diálogo no limitado espaço destinado a esses comentários. Nesse sentido, procurarei deter-me, fundamentalmente, na tese da transformação, na idéia de que, por trás das mudanças que a palavra risco foi experimentando ao longo de sua vida discursiva, existe uma ruptura significativa de condições/exigências de validade no horizonte normativo da modernidade.

A proposta de reflexão do artigo parte de um claro móvel prático: o desafio, ao mesmo tempo técnico, teórico-filosófico e ético, de

identificar as novas formas de sensibilidade social da chamada modernidade tardia, trazendo para o exame público, de forma mais positiva e livre, o modo como estamos, ou podemos estar, construindo nossa sociabilidade. Aponta, nesse sentido, para uma mudança importante, que seria o abandono de uma normatividade de caráter disciplinar, fixadora de regras, para outra, de caráter apenas regulador, criadora e disseminadora de subsídios para a tomada de decisões. Acrescenta a essa formulação a idéia de que, em oposição à primeira, de tendência mais organizativa-conservadora, este horizonte normativo recente seria mais vinculado à ação, à aposta, ao enfrentamento do imponderável, o “risco-aventura”.

Estou de acordo com a posição, solidamente sustentada pela autora, de que as sociedades modernas transitaram de formas de sociabilidade mais fortemente apoiadas numa contratualidade explícita, disciplinar, para outras, onde os modos de pactuar e exercer a coerção social estão distribuídos de forma pulverizada e internalizada nos indivíduos. Também concordo que o risco é, efetivamente, um elemento fundamental para essa passagem. Resta então, o desafio, proposto pela autora, de avaliar criticamente o significado desse “risco-aventura” nas sociedades ditas “pós-modernas”.

Pensada em relação ao móvel ético de uma sociedade solidária, livre e criadora, o que significa a penetrante idéia de gestão de riscos? De que “aventura” estamos falando quando sinalizamos positivamente o “expor-se a danos” por ousar, por fazer acontecer, desqualificando como “sonolenta” a opção por não correr riscos? Os exemplos trazidos pela autora me parecem muito fecundos em mostrar alguns elementos discursivos comuns e bastante poderosos. Fala-se do *indivíduo* quando se fala em gestão de risco, não de grupos, muito menos de comunidades – e a imagem (não autorizada) do operário solitário em plena megalópole é aqui emblemática. Mais, esse indivíduo é concebido sempre *contra o pano-de-fundo de um meio hostil*, desconhecido, no mínimo desafiante, no qual ele tem de *vencer*, vencer por *sua* ousadia, por *sua* coragem, por *sua* capacidade de ação. Para completar a “sagrada” trindade, a figura redentora de uma mercadoria – sempre uma tecnologia, um saber fazer – que garante que, afinal, esse indivíduo prevaleça, *seja preservado*, tenha... segurança(!).

Não sei se exagero no pessimismo, mas atentando bem para esse discurso, não me parece difícil reconhecer o “velho e bom” darwinismo social. Meio eclipsada a certa altura do século XX, pela maré vermelha das revoluções